

PARECER TÉCNICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2024

O presente parecer tem por finalidade analisar a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como a vantajosidade da continuidade dos preços, com vistas à prorrogação do Contrato nº 001/2024, firmado entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica – CIMMVI e a Memory Projetos e Desenvolvimento de Sistemas LTDA, o qual tem como objeto a prestação de serviços comuns de sistema de gestão administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1 – MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Em apreço ao artigo 62 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, é imprescindível que a contratada mantenha as condições legais de habilitação durante todo o período de vigência contratual. Nesse sentido, importa notar que a Memory Projetos e Desenvolvimento de Sistemas LTDA apresentou, para fins de:

- **Qualificação Técnico-Profissional e Técnico-Operacional**
 - Comprovante de vínculo com profissional registrado no conselho profissional competente;
 - Prova de registro ou inscrição na entidade profissional competente,
- **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**
 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)
 - Comprovante de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal, dentro do prazo de validade;

- Comprovante de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, dentro do prazo de validade;
- Comprovante de regularidade perante a Justiça do Trabalho; dentro do prazo de validade;
- **Habilitação Econômico-Financeira**
 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
 - Certidão negativa de feitos sobre falência atualizada.

2 – VANTAJOSIDADE DE PREÇOS

Para a verificação da vantajosidade, foi realizada análise objetiva com base no art. 106, inciso I, da Lei Federal 14.133/21¹. Nesse sentido, procedeu-se à pesquisa de preços no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, tendo sido analisados os valores pactuados por diferentes entes públicos em instrumentos com objetos semelhantes ao da presente contratação.

Dessa forma, observa-se quadro abaixo:

¹ A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

ENTE PÚBLICO	INSTRUMENTO JURÍDICO	OBJETO CONTRATUAL	VALOR MENSAL CONTRATUAL	DATA DE PACTUAÇÃO
MUNICÍPIO DE JERICÓ/PB	CONTRATO ADMINISTRATIVO N°: 00104/2025 ²	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de sistemas informatizados de gestão pública	R\$7.760,00 (sete mil, seiscentos e sessenta reais)	AGOSTO/2025
MUNICÍPIO DE BOTELHOS/MG	CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 87/2025 ³	Contratação de sistema informatizado em plataforma web,	R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)	NOVEMBRO/2025
MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN	CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 09/2025 ⁴	Contratação de empresa para executar serviços de atividade técnica especializada em Assessoria administrativa, gestão de Planejamento em todas as suas unidades administrativas como também apoio técnico ao setor de controle interno	R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)	JANEIRO/2025

A

A partir dos contratos em foco, pode-se chegar à um valor médio de contratação de serviços de consultoria contábil no montante mensal de R\$5.820,00 (cinco mil, oitocentos e vinte reais). Dessarte, considerando que o valor correspondente à prestação de serviços da Memory LTDA permanecerá o mesmo estabelecido no contrato original, ou seja, **R\$3.200,00 (três mil e duzentos reais)** por mês, é possível vislumbrar a razoabilidade das quantias estabelecidas e a vantajosidade decorrente da pactuação de novo termo aditivo.

Demais disso, não se ignora que a substituição do prestador de serviços implicaria em novo procedimento licitatório e, por conseguinte, em novos custos administrativos, bem como um período de transição operacional, o que reforça a vantajosidade econômica e operacional da prorrogação contratual.

² <https://pncp.gov.br/app/contratos/08931495000184/2025/127>

³ <https://pncp.gov.br/app/contratos/17847641000189/2025/59>

⁴ <https://pncp.gov.br/app/contratos/08142655000106/2025/17>

3 – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, considera-se que a contratada mantém todas as condições de habilitação apresentadas originalmente e que o preço contratado, após análise de mercado, permanece vantajoso para a Administração, em conformidade, portanto, com o art. 107, da Lei Federal 14.133/21.

Divinópolis/MG, 26 de dezembro de 2025.

Luan Henrique Arantes Pereira
Coordenador de Programa